

1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis

A Conferência, realizada no dia 09 de dezembro de 2024, na sede da Granfpolis, iniciou com a leitura e esclarecimento do regimento. Na sequência foram feitas as falas da mesa de abertura e foi lida Carta para o Futuro, do Livro escolas à beira mar, e proferidas palestras para dar base para as discussões para a construção de propostas para cada um dos 5 eixos detalhados no documento base da conferência.

Foram palestrantes da Conferência Elton Cunha, professor da UFSC, no painel sobre o Tema da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente “Emergência climática e o desafio da transformação ecológica”, Paulo Horta, professor da UFSC, no painel do eixo “Mitigação”, Coronel BM RR Cesar de Assumpção Nunes, da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, no painel do eixo “Adaptação e preparação para desastres”, Marcos Maes, Coordenador do Parque da Serra do Tabuleiro, no painel do eixo “Transformação ecológica”, Cristiane Cassini, da SEMAE, no painel do eixo “Justiça climática”, e Maya Ribeiro Baggio, coordenadora do grupo de trabalho de educação ambiental da Região hidrográfica litoral centro - RH08, no painel do eixo “Governança e educação ambiental”.

Para finalizar a parte da manhã, foi explicado sobre os grupos de trabalho, eleição dos delegados, aprovação das propostas e moções. Além disso, Juan Mandala apresentou sobre a escultura do Martin Pescador, para a coleta de resíduos durante o evento, e a exposição de esculturas de animais nativos, feitas por ele.

Na parte da tarde os participantes foram divididos nos 5 eixos, para discussão das temáticas e elaboração das propostas.

RODA DE CONVERSA - EIXO MITIGAÇÃO

Foi realizada uma rodada de apresentação, exposição da metodologia, e rodada de apresentação de ideias. Este momento foi seguido pela discussão e seleção de temas relacionados à mitigação que seriam demandas das cidades e coletivos representados pelos respectivos delegados. Entre as diferentes possíveis fontes de emissão foram selecionados 5 temas, relacionados a Transporte, Saneamento, Legislação, Educação Ambiental e planejamento. Foi levantada a necessidade de se discutir a questão da ocupação e uso do solo e a importância de unidades de conservação. Na fase seguinte foram formados 2 grupos e cada qual apresentou uma proposta de frase. As frases foram aprovadas por aclamação. Na sequência foram colocadas em discussão seis moções que foram lidas, discutidas e colocadas em votação e aprovadas por unanimidade.

RODA DE CONVERSA - EIXO PREPARAÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA DESASTRES

Neste eixo foram discutidas ações necessárias frente aos desafios das mudanças climáticas e seus impactos crescentes. Entre os principais pontos levantados na discussão estão: pensar em estratégias para fortalecer e estruturar as áreas de Proteção e Defesa Civil e meio ambiente; a importância da educação ambiental climática como ferramenta indispensável para a conscientização e capacitação de gestores públicos, legisladores e da população em geral, garantindo um envolvimento amplo e eficaz; a necessidade de elaboração de planos participativos de adaptação climática e redução de riscos, com abrangência municipal e regional; a adequação das legislações urbanísticas e o fortalecimento da fiscalização e gestão das áreas já ocupadas, sempre com um olhar para a preservação ambiental.

As propostas foram elaboradas pensando em uma abordagem participativa e baseada em evidências que busca oferecer ferramentas sólidas para prevenir desastres e mitigar seus efeitos, promovendo um desenvolvimento mais resiliente e sustentável.

RODA DE CONVERSA - EIXO TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

A transformação (transição) ecológica é um processo estratégico que visa promover uma sociedade mais justa, respeitando todas as formas de vida de maneira harmoniosa e garantindo a preservação da vida em sua totalidade. O processo de transição ecológica requer implementação de políticas públicas que assegurem a qualidade do ar, da água, da fauna e da flora em sistemas saudáveis, preservados e seguros, com medidas incisivas que proíbem a contaminação de agrotóxicos, visando, garantir a promoção de mudanças na sociedade para alcançar uma distribuição mais equitativa da renda, justiça social, fortalecimento da democracia e proteção da soberania popular, no âmbito de um mundo multipolar que respeite os direitos das gerações futuras, garantindo um legado ambientalmente sustentável e o uso adequado do território.

A transformação ecológica envolve a mediação de interesses e conflitos entre diversos atores sociais que impactam o meio físico natural e modificado. Este processo continuamente define e redefine como esses atores, através de suas práticas, influenciam a qualidade do meio ambiente e como os custos e benefícios de suas ações são distribuídos. Neste sentido, é fundamental garantir uma melhor forma de comunicação, via educação ambiental popular, para que possamos ampliar e garantir nesse processo outras matrizes de racionalidade. Alguns tópicos que foram discutidos no Eixo: - Contaminação - Agrotóxicos / respeito das nascentes / questões sanitárias – fiscalização municipal ineficiente (aprimorar) – uso do solo/ar/saúde de forma adequada; -

Planejamento/execução; - Plano Diretor por bacia hidrográfica para contemplar a questão da integração regional; - Áreas protegidas; - Diagnóstico Ambiental estratégico; - Agroecologia e saneamento básico descentralizado; - Implantação de sistemas agroflorestais; - Comunicação efetiva com a sociedade – educação ambiental de base popular – tendo como princípio/levando em consideração o processo de informação – educação de base; - Agricultura de transição - Saneamento Básico ecológico - Implementação e fortalecimento de unidades de conservação.

RODA DE CONVERSA - EIXO JUSTIÇA CLIMÁTICA

A discussão iniciou com os mediadores da Comissão Organizadora apresentando informações acerca do tema com o objetivo de nivelar o conceito de Justiça Climática entre o grupo. O grupo de trabalho foi composto por cerca de 20 pessoas, que fizeram inicialmente uma breve apresentação. Estiveram presentes e contribuindo para a elaboração das propostas pessoas de diversas áreas de formação e de segmentos de trabalho, tais como, licenciamento ambiental e direito, representantes de instituições de ensino e também de Organizações Não Governamentais (ONG).

Foram identificados algumas palavras-chaves importantes que somaram nas tomadas de decisões, tais como: salvamento de vidas, incentivos fiscais, prevenção, mapeamento de áreas de risco, estruturação de fundos específicos, comunidades seguras, parcerias para promover a Justiça Climática, fomento na Educação Socioambiental, entre outros.

O grupo teve 1h30min para realizar a dinâmica, de forma que foi sugerido que metade do tempo fosse utilizada para elaborar as propostas e a segunda metade para adequar o texto para apresentação das mesmas.

A Justiça Climática trata sobre a ética e a política e busca a equidade nas tomadas de decisões.

RODA DE CONVERSA - EIXO GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A roda de conversa começou com todos os participantes se apresentando, e em seguida começou a discussão sobre o tema. As ideias foram anotadas em post-its, para posterior elaboração das propostas.

Foram discutidos diversos aspectos da governança e educação ambiental, entre eles: a problemática dos resíduos de todos os municípios irem para o Aterro de Biguaçu; a renúncia fiscal da reciclagem, onde se discutiu a importância de fomentar e capacitar os

agentes públicos, para que as pessoas doem o seu Imposto de Renda para a reciclagem; os Planos Diretores dos municípios, que têm sido aprovados infringindo as legislações ambientais (exemplo: desrespeitando as APPs), e que vão agravar os problemas climáticos; a privatização dos serviços relacionados a resíduos sólidos; a importância de discutir as questões dos resíduos sólidos com olhar da governança, e importância de fazer o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de forma integrada entre os municípios, e também trazer a educação ambiental em conjunto; a importância de incentivar a compostagem dos resíduos orgânicos, não só nas escolas e residências, mas também a criação de pátios de compostagem de responsabilidade dos municípios; que grande parte dos problemas ambientais citados estão voltados para a educação, e que a educação ambiental precisa ser realizada de forma integrada, e precisa ser feita para além dos muros das escolas, ou seja, é necessário construir essa base de educação ambiental; a importância de criação de leis e complementação de leis já existentes, que incentivem produzir menos resíduos, por exemplo, quanto maior for uma embalagem, mais imposto vai pagar; a importância da governança tripartite, onde a responsabilidade deve ser igual entre os três setores da sociedade; a importância do fortalecimento dos Consórcios Intermunicipais de Bacias Hidrográficas, já que os Comitês de Bacias são ferramenta de governança; o problema da privatização do setor público, e importância de evitar a privatização de serviços públicos essenciais; a importância da elaboração de um plano de gestão territorial e setorial e a necessidade de garantia de recurso para a execução desse plano; a necessidade da criação de um fundo intermunicipal; e a necessidade de um plano de comunicação.

A partir de todas essas discussões, o grupo elaborou de forma conjunta as duas propostas. Não foram elaboradas moções neste eixo temático.

Após as discussões dos grupos de trabalho, os participantes se reuniram novamente no auditório, para a Plenária Final, que contou com um momento para discussão e aprovação das propostas; eleição dos delegados; votação das moções; e encerramento.

A seguir estão apresentadas as propostas aprovadas por eixo temático.

EIXO MITIGAÇÃO:

Proposta 1: Elaborar planos integrados de transporte mais sustentáveis para as regiões metropolitanas (em especial da Grande Florianópolis) que a curto prazo implemente a tarifa zero e a médio prazo (até 2031) adote modais de transporte mais diversificados e sustentáveis e que realize a integração dos transportes públicos dos municípios.

Proposta 2: Criar Plano Intermunicipal de mitigação dos impactos ambientais na Granfpolis por meio da integração de ações estratégicas, a partir da implementação de mosaicos de UCs, saneamento ecológico com SbN, educação ambiental, planejamento sustentável da ocupação do solo e cumprimento, fortalecimento e ampliação da legislação ambiental, promovendo resiliência e sustentabilidade regional.

EIXO PREPARAÇÃO E ADAPTAÇÃO PARA DESASTRES

Proposta 1: Garantir leis que obriguem os municípios a estruturar as áreas de Proteção e Defesa Civil (PDC) e meio ambiente, com garantia de no mínimo 1 técnico efetivo de nível superior da área; integração das áreas de meio ambiente e PDC; obrigação da implantação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil e educação ambiental climática para população e agentes públicos (legislativo e gestores).

Proposta 2: Exigir a elaboração de planos participativos de adaptação climática e redução de risco em escala municipal e regional, com realização de estudos e mapeamentos de áreas de risco e susceptibilidade (seguindo um TR básico), considerando o perfil ambiental de cada área e valorizando a preservação, e posterior adequação da legislação urbanística, fiscalização e gestão das áreas já ocupadas.

EIXO TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Proposta 1: Implementar políticas públicas ecologicamente equilibradas, socialmente justas e integradas entre os municípios, empresas, sociedade civil organizada, efetivando a agricultura de transição, com base nos princípios da agroecologia nos sistemas alimentares até 2030.

Proposta 2: Implementar e fortalecer as Unidades de Conservação enquanto espaços sob gestão pública para a promoção da saúde integral, educação socioambiental e engajamento comunitário, viabilizando a visita de todas as turmas da educação básica nestas Unidades, com o objetivo de desenvolver a relação com a natureza e a compreensão da necessidade de restaurar, preservar e conservar ecossistemas.

EIXO JUSTIÇA CLIMÁTICA

Proposta 1: Garantir a equidade socioambiental por meio de políticas públicas e fundos climáticos ambientais que contribuam no desenvolvimento de ações e implementação de programas que tenham o objetivo de prevenir, mitigar, recuperar e compensar impactos decorrentes de mudanças climáticas ocorridos em comunidades vulneráveis e áreas afetadas.

Proposta 2: Criar o Fundo Municipal, Estadual e Nacional do Meio Ambiente e Justiça Climática, com financiamento de ações como projetos de educação socioambiental, cooperativas de gestão de resíduos por meio da implementação de Plano Municipal de Resíduos alinhada à política da economia solidária, garantia de renda mínima para trabalhadores e afetados pelos impactos causados por emergências climáticas.

EIXO GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proposta 1: Fortalecer as estruturas de governança intermunicipal por região hidrográfica, com o objetivo de elaborar estratégias e garantir recursos para programas de educação ambiental integrada, visando a implementação do Plano Nacional para as Mudanças Climáticas.

Proposta 2: Exigir, a partir de uma governança intermunicipal, que os municípios adequem seus planos diretores e setoriais ao plano nacional para as mudanças climáticas, alinhados às estratégias de educação ambiental e ao contexto de cada território, fortalecendo os espaços de governança pública.

Os candidatos a delegados se reuniram por segmento e foram definidos em comum acordo. Foram apresentadas as moções, e foi feita a votação para aprovação das mesmas. Das oito moções apresentadas, sete foram aprovadas e uma não foi aprovada. Por fim, foi feito o fechamento da Conferência.

MOÇÕES

Moção 1: APROVADA

Moção de Recomendação

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Recomendação;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que indica que esta Plenária tem objetivo de discutir a emergência climática e o desafio da transformação ecológica;

Considerando-se a ausência de normatização de tecnologias de saneamento ecológico, e que a contaminação do lençol freático é em boa parte causada pelas fossas sépticas domésticas.

Recomendamos aos municípios que compõem esta Conferência, que façam

legislações que regulamentam a implantação de sistemas ecológicos de saneamento básico, por dizer câmaras de evapotranspiração, banheiros secos, zonas de raízes, wetlands construídos e tapetes filtrantes de algas.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 2: APROVADA

Moção de Recomendação

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Recomendação;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que indica que esta Plenária tem objetivo de discutir a emergência climática e o desafio da transformação ecológica;

Considerando que o aumento da temperatura do planeta decorre da concentração crescente de gás carbônico e dos demais gases de efeito estufa na atmosfera desde meados do século 19. É, portanto, resultado da ação dos seres humanos;

Considerando que os oceanos correspondem ao ecossistema natural com maior capacidade de capturar CO₂, chegando a absorver até 85% deste;

Considerando que atualmente o lançamento de esgoto sem tratamento, tanto em solo, como em águas profundas e superficiais, acabam ao fim escoando e chegando ao mar;

Considerando que a poluição gerada pelo esgoto no mar causa enorme desequilíbrio deste ecossistema;

Considerando que a crise hídrica, conforme já é um fato que ocorre no nosso território e com as mudanças climáticas tende a ser aprofundada;

Considerando que a água é um bem essencial para a vida, e com o aprofundamento das mudanças climáticas, é fundamental que a preservação do direito a este bem seja garantido para toda a população;

Considerando que tanto o acesso à água, quanto o tratamento de esgoto devem ser encarados como direito e não como produto objeto de lucro;

Considerando que a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente indica a necessidade de ampliar a participação popular na governança;

Considerando que existe uma tendência quando esses serviços são privatizados, demonstrada em experiência tanto no Brasil quanto em outros países, de aumento da tarifa, redução de investimentos em infraestrutura, redução do controle social e da

participação da sociedade e falta de transparência;

Recomendamos aos municípios que compõem esta Conferência que, conforme a Lei 14.026/2020 que estabelece o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, a gestão do saneamento básico, em especial o abastecimento de água e o tratamento de esgoto, mantenha-se sendo realizado prioritariamente por entidades e órgãos públicos. Quando não houver serviço municipal, que seja realizado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 3: APROVADA

Moção de Aplausos

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às representações das comunidades tradicionais deste território
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Aplausos a Comunidades Tradicionais, formadas pelas comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais dos municípios presentes nesta conferência.

Estas comunidades são hoje resistência nos seus territórios frente a um desenvolvimento econômico e social predatório, que enxerga a natureza enquanto recurso e promove exploração e degradação de biomas, caminhando na direção contrária ao proposto e aprovado pela 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, bem como pelas últimas COPs. Além disso, as comunidades tradicionais também são referências de saberes, soluções e proteção de uma outra economia, solidária e circular, e dos ecossistemas das nossas cidades.

Com seus saberes e modos de vida pouco reconhecidos e invisibilizados pelo poder público, a maior parte dessas comunidades tradicionais encontra-se em vulnerabilidade climática, sendo também vítimas do racismo ambiental. Por isso, ações de promoção da justiça climática, adaptação e mitigação devem, necessariamente, ser priorizadas nesses territórios.

A participação dessas comunidades nas decisões políticas sobre as questões ambientais é urgente e necessária, devendo ser estimuladas pelos poderes públicos locais.

Solicitamos também que seja enviada, através das Prefeituras, cópia desta moção para as entidades, coletivos e lideranças dessas comunidades em cada município que participa da 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 4: APROVADA

Moção de Recomendação

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Recomendação;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que indica que esta Plenária tem objetivo de discutir a emergência climática e o desafio da transformação ecológica;

Considerando que o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), que institui a aprovação dos planos de manejo e constituição dos conselhos gestores das unidades de conservação;

Recomendamos aos municípios que compõem esta Conferência que façam a formalização dos planos de manejo e que instituem os conselhos gestores nas Unidades de Conservação. E que se faça manifestação à aprovação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de Florianópolis. Visto que o cumprimento da legislação permite a governança participativa e possibilita a operacionalização das Unidades de Conservação dentro dos Marcos Legais.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 5: APROVADA

Moção de Repúdio

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Repúdio;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que indica que esta Plenária tem objetivo de discutir a emergência climática e o desafio da transformação ecológica;

Moção de repúdio à manutenção da mineração de carvão e da operação do complexo termelétrico em Santa Catarina, considerando seus prejuízos socioambientais e climáticos, bem como os subsídios aos combustíveis fósseis.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 6: APROVADA

Moção de Recomendação

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Recomendação;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que indica que esta Plenária tem objetivo de discutir a emergência climática e o desafio da transformação ecológica;

Uma moção de recomendação para que a comunicação relacionada aos eventos, rotinas e necessidades das comunidades, movimentos e setores relacionados à reciclagem/separação de resíduos sólidos seja encarada como um dever de estado, com agenda permanente e ampla circulação, valorizando iniciativas independentes de gestão de resíduos sólidos.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 7: NÃO APROVADA

Moção de Recomendação

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Recomendação;

Proposta para a Criação de um Fundo Intermunicipal de Pagamento por Serviços Ambientais e Serviços Ambientais Urbanos.

Propõe-se a criação de um Fundo Intermunicipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Serviços Ambientais Urbanos como instrumento de incentivo à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O fundo deverá ser destinado a financiar ações que promovam a conservação de ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas e a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) em áreas urbanas e rurais, tendo como uma das ações prioritárias a recuperação de mananciais, áreas de recarga hídrica e vegetação nativa.

O fundo deverá ser gerido de forma transparente, com monitoramento contínuo e governança participativa, envolvendo municípios, sociedade civil e setor privado. Propõe-

se, ainda, a busca de parcerias estaduais, federais e internacionais para captação de recursos e disseminação de boas práticas. Esta iniciativa visa garantir maior resiliência às cidades e a proteção dos serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

Moção 8: APROVADA

Moção de Repúdio

À 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente da Grande Florianópolis,
Às Prefeituras dos municípios participantes,
Às Câmaras de Vereadores dos municípios participantes,
À Comissão de Meio Ambiente da ALESC,

Cumprimentando Autoridades presentes e Senhores e Senhoras participantes desta Conferência, apresentamos a presente Moção de Repúdio;

Considerando o Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, segundo o qual as conferências são oportunidades de o país discutir a emergência climática e ouvir a população sobre alternativas disponíveis;

Considerando o Art. 37 da Constituição Federal de 1988 que garante os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;

Considerando os graves riscos associados;

Considerando a necessidade de os Municípios responsabilizarem-se e comprometerem-se com a restauração de suas áreas de preservação permanente, em especial, mangues, restingas e matas ciliares;

Considerando a necessidade de ampliar a participação social no debate sobre o Plano Municipal de Saneamento;

Considerando que diversos municípios signatários situam-se em Região Hidrográfica estratégica para o abastecimento hídrico devido à qualidade da água em função de grandes áreas naturais protegidas;

Considerando a necessidade de garantia do monitoramento continuado da qualidade da água dos rios dos Municípios para a manutenção da saúde ecossistêmica;

Considerando que a universalização do saneamento deve observar critérios locais diferenciados e prever soluções descentralizadas e tecnologias alinhadas com Adaptação Baseada em Ecossistemas.

Nós, cidadãos moradores da Grande Florianópolis, registramos repúdio à concessão do serviço público de saneamento para a iniciativa privada, especialmente empresas com histórico de envolvimento em corrupção, má prestação de serviço e danos socioambientais.

É o caso do município de Palhoça em que a Prefeitura firma um contrato de licitação com a AEGEA e suas concessionárias Águas do Rio e Águas de Palhoça. Em

Garopaba, a Prefeitura tenta privatizar a gestão da água e do saneamento por decreto, sem consulta sequer ao legislativo municipal.

Defendemos, por fim, a retomada da CASAN pública, fortalecida e qualificada para garantir a implementação dos respectivos Planos Municipais de Saneamento, com participação plena da sociedade civil organizada em cada etapa, desde o planejamento até a execução e fiscalização periódica imprescindível para garantir a qualidade de nossas águas e a diversidade da vida dos ecossistemas aquáticos.

Florianópolis, Santa Catarina

09 de dezembro de 2024

FOTOS DA CONFERÊNCIA

Mesa de abertura



Mesa de abertura



Conferência



Conferência



Palestra



Escultura Martin Pescador para coleta de resíduos gerados no evento



Eixo adaptação e preparação para desastres



Eixo transformação ecológica



Eixo mitigação



Eixo governança e educação ambiental



Eixo justiça climática



Plenária Final



Delegados eleitos

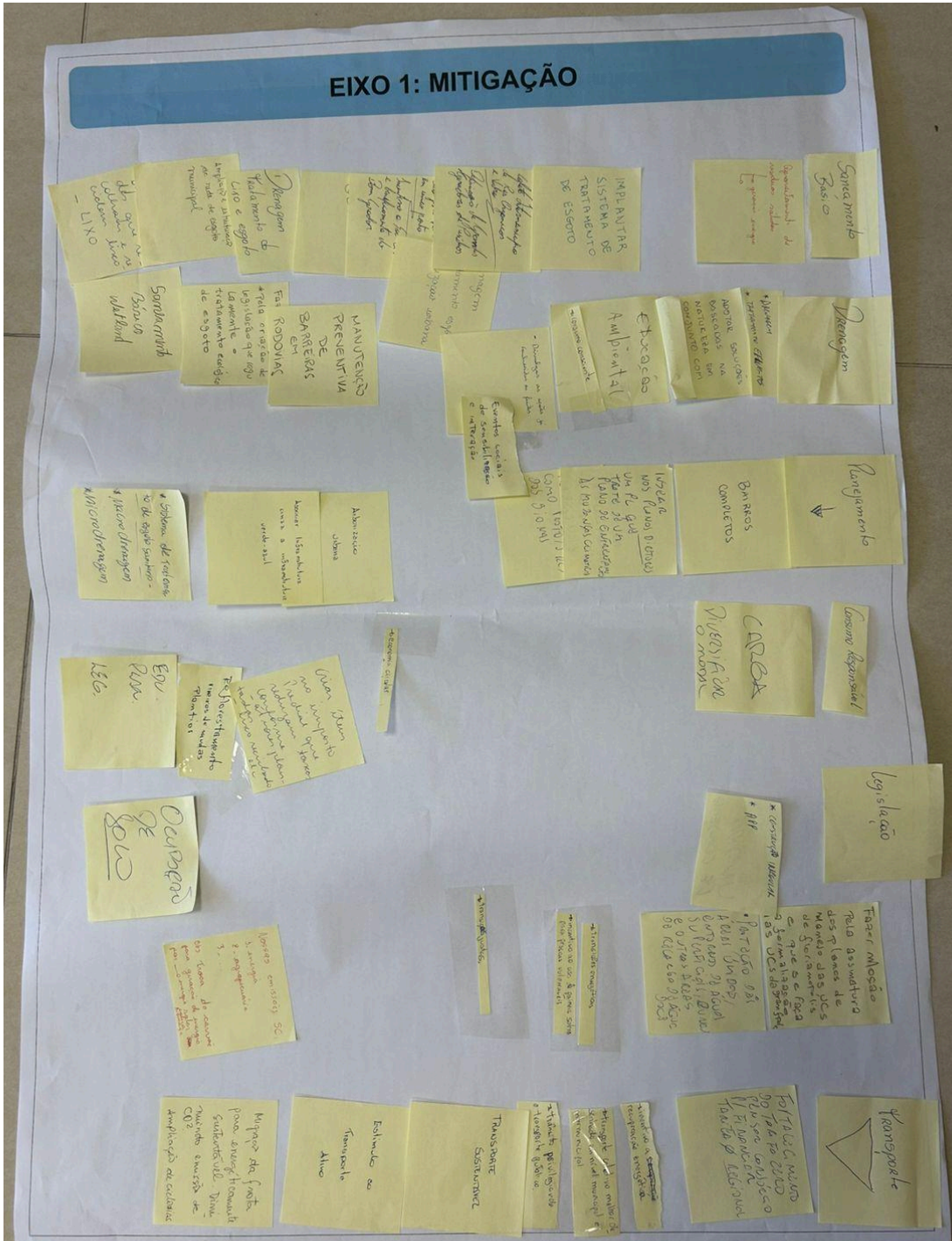


Esculturas feitas por Juan Mandala



ANEXO

Eixo Mitigação



esporte
C. MINTO
Fa CUBO
CONCESSÃO
P. REGIONAL

sa energia
de melhor de
municipal e
nacional
privilegiado
de público.

USPABE
SUSTENTÁVEL

limite ao
transporte
ativo

por da frota
energicamente
sustentável. Diminui
a emissão de
gás de estufas

→ construção e manejo dos
fretados que sigam o novo
estatuto de GEB

PRESEÇÃO
DO SÍTIO NA MAQUINA
COSTEIRO, EM
ESPALHA O ESTUDO
P/ CAPTURA DE
COP. PARA USO
SUSTENTÁVEL ECONÔMICO
INTERAÇÃO COM O MUNICÍPIO

FOLHETO
FINANCIAMENTO
DE (NO DO GEB, APROVA
DE SAIS, COMO
ALTERNATIVO DE
USO DE SOLA (REGIME
DE USO
TO)

Cobertura
do sola

Plano
de manejo
dos Pisos

Combate
Combate à especulação
Imobiliária, ampliação
de acesso ao solo urbano.
IPTU progressivo sobre
os imóveis desocupados

Extensão do direito
regulamentação fundiária
ampliar o fundo municipal
para o financiamento
do o construtor de moradia
populares

Fonte p/ educação
Ambiental e Crescimento
de Trabalho Interdisciplinar
de Trabalho Interdisciplinar
de Trabalho Interdisciplinar

Reunioes
de Trabalho Interdisciplinar
de Trabalho Interdisciplinar

Reordenação dos
resíduos, diminuir
até 70% resíduos
p/ a ótica sanitária
ampliação de estruturas
de compostagem

campanha
sola

A elaboração de um
plano integrado de trans-
porte na grande Foz de Iguaçu que
fomente a diminuição dos
gás nocivos, com incentivo
a adoção da TARIFA ZERO,
além de outras
medidas mais sustentáveis
- Legislação e planejamento
que

MO

Lembrar:
Energia → Jorge
Saavedra.

ue

consórcio

legislação

Planejamento

Educação
Ambiental

TARIFA

GRATUITO

TRANSPORTE

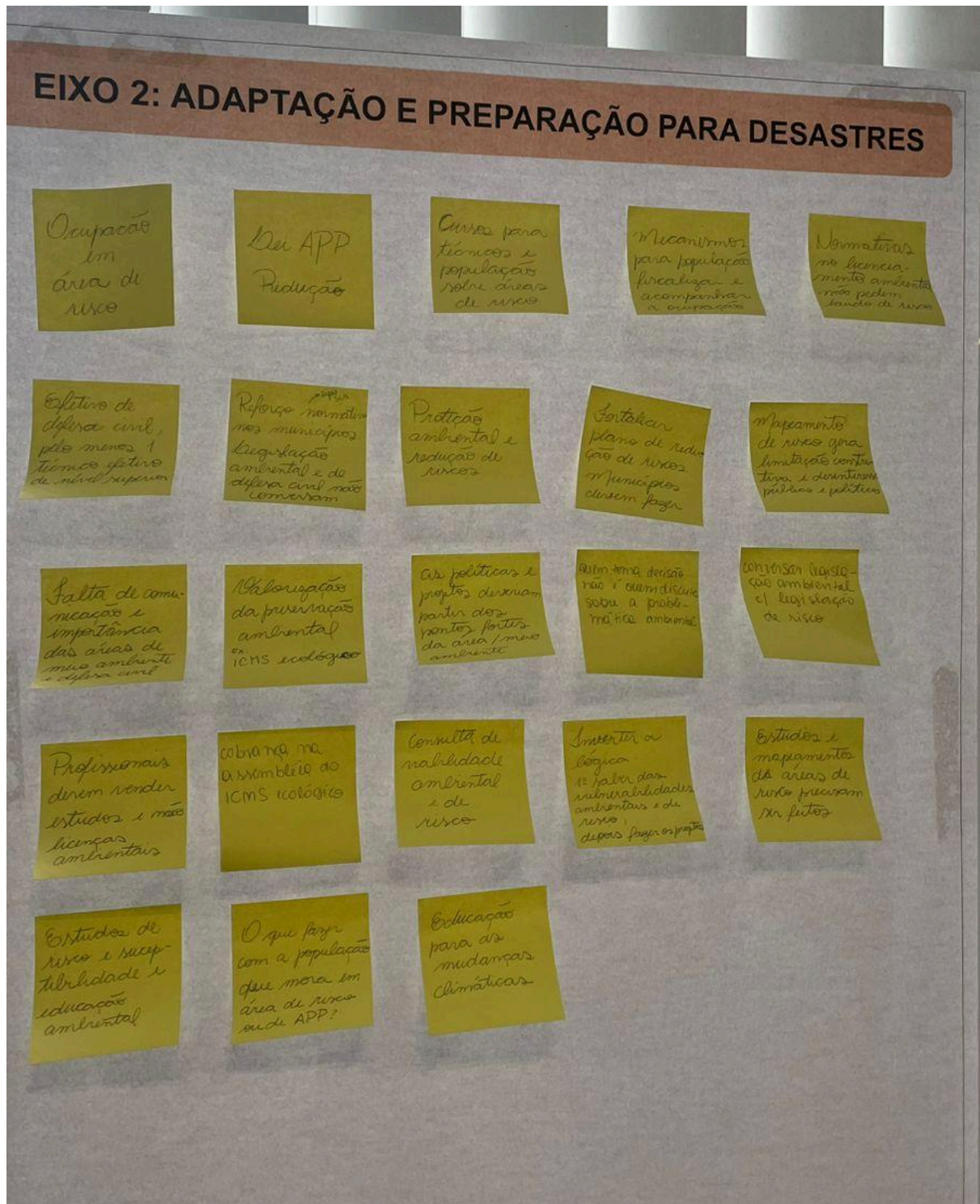
ATIVO

TRANSPORTE

Saneamento
DESCENTRALIZADO

SANEAMENTO

Eixo Adaptação e Preparação para Desastres



Eixo Transformação Ecológica

Não utilizou cartaz

Eixo Justiça Climática

EIXO 4: JUSTIÇA CLIMÁTICA

+ Direção geral
Garantir a qualidade
de prevenção e compen-
sação no âmbito
de os compromissos
sustentáveis (Princípio
disponibilidade de
dados Geospaciais)
de a nível de Risco abor-
tação com a justiça cli-
mática

Foco de recursos
para várias pro-
gramas em in-
geniería de recu-
peração:
→ educação ambien-
tal
→ formação
→ infra estrutura

INCENTIVO
FISCAL

SALVAR
VIDAS

PREVENÇÃO

MAPEAMENTO
DE
ÁREAS DE
RISCO

ESTRUTURADO
FUNDOS
ESPECÍFICOS
M.A.
trabalho
máximo
pl. elevado

TRANSPARENCIA
NA APLICAÇÃO
DE
RECURSOS

FOMENTO
NA
E A
(áreas verdes)

APLICAÇÃO
DOS RECURSOS
P/ O M.A

ADAPTAÇÃO
PLANO DIRETOR

Incentivo
Sustentáveis meios de
transportes / mobilidade
Integração de habitação
manipulação para as pessoas
trabalhadoras em áreas urbanas

PARCERIAS
PARA PROMOVER
JUSTIÇA CLIMÁTICA

COMUNIDADES
SEGURAS

Definir após a
debatido que qualquer
requisito tenha impacto
de por estar em linha
com os objetivos climáticos

Definir após que
você tenha certeza
de pessoas que sejam
responsáveis pelo seu
Atividades relacionadas com
mudanças climáticas

Promoção!
deba para as
comunidades
valorizar as áreas
de coesão as
relações

Eixo Governança e Educação Ambiental

EIXO 5: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Unificar a educação amb.
- Alvo
- Urbana

- Capacitação dos funcionários
- Recurso + fiscal

- Eco Ponto
- Poder Público
- Inicialização de controle

Política Regularizada da coleta seletiva

Res. Per. tar. Legislação Ambiental
- Plano diretor

Governança Tripartite
- Conselho de bacia hidrográfica
- Evitar priorizar serviços essenciais
- Educação integrada

- Bacia hidrográfica
- Projeto massa de

Política de Resíduos sólidos - Municipal
- Coleta seletiva - Pública doméstica

- Catadores
- Compostagem
- Pátio Compostagem

Proposta 01

Criar uma estrutura de governança intermunicipal, com o objetivo de elaborar estratégias e garantir recursos para programas de educação

ambiental integrada visando a implementação do Plano Nacional para as Mudanças Climáticas

Proposta 02

A partir de uma governança intermunicipal, exigir que os municípios elaborem seus planos diretores e setoriais ao plano nacional para as mudanças climáticas

Alinhados às estratégias de educação ambiental e ao controle de cada município, fortalecendo os espaços de governança pública